

A TAREFA DA EXPERIÊNCIA ANTEPREDICATIVA NA CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO DO OBJETO: UM ESTUDO DA Vª INVESTIGAÇÃO LÓGICA HUSSERLIANA

Felipe Bragagnolo¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

 <https://orcid.org/0000-0001-9516-8698>

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar como se constitui o *sentido* do objeto a partir da experiência antepredicativa da consciência como expresso na Vª Investigação Lógica (1901) de Husserl. Compreendemos a experiência antepredicativa como a base de sustentação dos atos intencionais da consciência, sendo esta experiência da ordem do que é *vivido* e não do que é objetivado. A experiência antepredicativa está fundada nos dados sensuais da consciência (*hylé*), isto é, das sínteses que ocorrem sem qualquer atividade explícita de objetivação (i.e., de maneira não-intencional). Para atingir este objetivo, dividimos este trabalho em duas etapas: § 1 Conteúdo enquanto Matéria das Sensações e § 2 Conteúdo enquanto Matéria dos Atos Intencionais. Assim, é possível uma arguição sobre o papel fundamental do conteúdo, enquanto *matéria* do ato intencional, ser uma vivência constituinte da consciência. E isso faz-nos acreditar que todo conhecimento, na fenomenologia husserliana, *começaria* a partir da experiência antepredicativa. Tal crença está fundamentada na retomada husserliana da concepção kantiana de que todo o conhecimento *começaria* com a experiência, mas não resultaria só dela. Os dados hileticos surgiriam como o substrato da experiência do *vivido* (*Erlebniss*), fazendo parte constituinte da trama do ato intencional. Consideramos, então, ser possível demonstrar que a fenomenologia husserliana não abandona os dados sensíveis, mas lhe reserva um espaço de fundamental importância quando trata das bases que constituem o *sentido* do objeto.

PALAVRAS-CHAVE: Dados Hileticos; Vivências não-intencionais; Experiência antepredicativa.

THE TASK OF THE ANTE-PREDICATIVE EXPERIENCE IN THE CONSTITUTION OF THE OBJECT'S MEANING: A STUDY OF HUSSERL'S Vª LOGICAL INVESTIGATION

ABSTRACT:

The goal of this article is to analyze how it is constituted the object's *meaning* from the ante-predicative experience of consciousness as exposed in Husserl's Vª Logic Investigation (1901). We understand the ante-predicative experience as the basis for sustaining intentional acts of consciousness and it is the experience of what is *lived* and not of what is objectified. The ante-predicative experience is founded on the sensual of consciousness (*hylé*), which is to say, from the syntheses that occur without any explicit activity of objectification (i.e., in a non-intentional way). In order to get this objective, we divide this work into two stages: § 1 Content as a Matter of Sensations and § 2 Content as Matter of Intentional Acts. Thus, it is possible an argument about the fundamental role of the content, as a *matter* of intentional act, to be a consciousness' constituent living experience. We believe, therefore, to be able to affirm that all knowledge, in the Husserlian phenomenology, would start from the ante-predicative experience. This belief is based on the Husserlian reappraisal of the Kantian conception that all knowledge would begin with experience, but it would not come only from it. The hyletic data would appear as the substrate of the experience of the *lived* (*Erlebniss*), making part of the plot of the intentional act. We then consider that it is possible to demonstrate that the husserlian phenomenology does not abandon the sensitive data, but rather it reserves a space of fundamental importance when it comes to the bases that constitute the object's meaning.

KEYWORDS: Hyletic data; Non-intentional living experiences; Ante-predicative experience.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia – Brasil. Bolsista CAPES/CNPq. E-mail: felipe@catolicafm.com.br



Introdução

Ser um objeto implica em ter um sentido! Iniciamos nosso artigo com uma afirmação desta magnitude buscando provocar o surgimento de diferentes questionamentos filosóficos no leitor, dentre os quais mencionamos: como surge, por que surge, de onde advém o sentido do objeto? No período moderno o pano de fundo que sustenta a questão sobre a compreensão do objeto está perpassado pela corrente dualista cartesiana, responsável por fundamentar leituras que separam o sujeito do objeto, a mente do corpo, a consciência do mundo. Este contexto filosófico tornou possível pensar o sentido do objeto como dado única e exclusivamente pela consciência; que os conceitos ou as ideias seriam entidades abstratas, que não possuiriam correspondência direta com as coisas do mundo (idealismo epistemológico moderno); ou ainda, almejando uma outra alternativa para pensarmos o sentido do objeto, poderíamos trilhar os caminhos abertos pela fenomenologia, que aspiraria ultrapassar qualquer tipo de dualidade, tal como, a do objeto da consciência e a do objeto do mundo real².

Para além da proposta kantiana que impossibilitava acessar a *coisa em si mesma*, com a introdução da *intencionalidade* na abordagem fenomenológica, a *coisa* passa a ser vista *nela mesma*. Tendo como ponto de partida a análise filosófica husserliana, podemos dizer que o objeto real seria o objeto *aparecente*, o objeto *vivenciado* pela consciência. Para Husserl, estabelecer uma distinção entre objetos ‘meramente imanentes’ ou ‘intencionais’ e objetos ‘transcendentes’ ou ‘reais’ corresponderia a um grave erro metodológico, ou ainda, um contrassenso epistemológico. Tendo em vista isso, o objeto, no decorrer deste artigo, é compreendido como um único e mesmo objeto, isto é, o objeto *vivenciado* pela consciência.

Ao afirmarmos que a partir da abordagem fenomenológica temos acesso a *coisa em si*, neste caso, ao objeto, a questão que se põe é saber como este objeto é constituído, como este objeto passa a significar algo como um objeto. Para isso, somos encaminhados ao estudo das *vivências* intencionais da consciência, onde se torna possível compreender como essas diferentes *vivências* conferem *sentido* (*sinngebende*) a algo³. Analisar a esfera das *vivências* não pressupõem adentrar num campo idealista da consciência, de distanciamento do mundo, dos sentidos e até do próprio corpo (*Körper*⁴), como poderíamos inicialmente pensar. Por mais que muitos leitores de Husserl o tenham classificado como um pensador pertencente a corrente

² Para um estudo mais detalhado dessa questão indicamos a leitura do subcapítulo ‘Realism and idealism in the Logical Investigations’, na obra *Introduction to Phenomenology* de Moran (2000). Também indicamos, sobre esse mesmo tema, o artigo de Moura (2011) intitulado ‘O Nascimento do conceito husserliano de fenômeno’.

³ As vivências intencionais, conforme Husserl (1901), possuem a propriedade de ‘intenção’, ou seja, são vivências que se referem a algo objetivo, segundo algum ‘modo’ específico, podendo ser chamadas, de forma mais breve, como ‘ato’.

⁴ O corpo em Husserl é compreendido enquanto *corpo próprio* (*Leib*), corpo-sujeito, percipiente e autopercipiente, pelo qual a consciência intenciona originariamente o mundo; e, também, enquanto *corpo-objeto* (*Körper*), coisa entre coisas, caracterizado pela extensão (Cf. SANTOS, 2009).

idealista⁵, queremos mostrar, a partir do estudo aqui desenvolvido, que este filósofo nunca abandonou o solo da experiência sensível, ou ainda, dos dados hiléticos. Conforme veremos, a opção de Husserl consiste na ideia de uma *vivência* que, por definição, é *intencional*, mas que não pode prescindir dos dados sensíveis sobre os quais os atos intencionais da consciência atuam no próprio vivido.

Buscamos assim, neste artigo, averiguar uma afirmação bastante contundente de Husserl expressa na Vª *Investigação Lógica*, no final do § 14, que diz: “Conteúdo é, então, uma vivência realmente (*Reell*)⁶ constituinte da consciência” (1901, p. 332), sendo o conteúdo compreendido enquanto *matéria* do ato intencional, *matéria* que, a princípio, originar-se-ia dos dados hiléticos. Acreditamos, desta maneira, poder afirmar que todo conhecimento, na fenomenologia husserliana, *começaria* a partir da experiência. Tal crença apresenta-se como nossa hipótese prévia da pesquisa, fundada a partir da obra *Investigações Lógicas: Prolegômenos à Lógica Pura* (1900), no § 24, quando Husserl retoma a concepção kantiana de que todo conhecimento *começa* com a experiência, mas não provém só da experiência.

Os dados hiléticos ou dados sensuais, que compõem a experiência do *vivido* (*Erlebniss*), são compreendidos como fazendo parte da trama da constituição intencional. Tais dados servem como *suporte* para as intenções de significação e seus diferentes *modos* de significar. Ou ainda, a vivência intencional seria constituída, por um lado, das intenções de significação que possuem uma forma (*morphé*), um *como* apresentar algo e, por outro, da *hylé* ou *matéria*, que serve como *substrato* sensível sobre os quais os atos atuam dando-lhes *sentido*.

Isto posto, nosso objetivo está em analisar como se constitui o *sentido* do objeto a partir da experiência antepredicativa expressa na Vª *Investigação Lógica* husserliana. A experiência antepredicativa é compreendida por nós como a base de sustentação da atividade intencional, sendo da ordem do que é *vivido* e não do que é objetivado, fundada no estudo dos dados hiléticos da consciência, das sínteses que ocorrem sem qualquer atividade explícita de objetivação⁷. Almejando atingir a finalidade apresentada, delimitamos nossa área de estudo no segundo volume das *Investigações Lógicas* (1901), em especial, na Vª *Investigação*, denominada ‘Sobre

⁵ Talvez essa avaliação do pensamento de Husserl ocorra quando sua trajetória teórica é pensada a partir dos anos de 1906-1907, onde a fenomenologia surge enquanto método transcendental, isto é, que almeja apresentar a forma mais essencial ou universal do conhecimento. Conforme Moura (2011) a fenomenologia husserliana já fora conceituada como fazendo parte do empirismo e do idealismo, pois sua origem apresenta relação com essas aéreas do saber, todavia não se limita a elas. A fenomenologia possui um modo próprio de compreensão da constituição do objeto e do mundo.

⁶ Na língua alemã temos a distinção do conceito *real* de duas formas: num primeiro momento temos a compreensão do *real*, que se origina de *Reell*, enquanto algo sério, de confiança (*Geschäft*); num segundo momento temos o *real* compreendido como *Real*, que significa coisas reais, realidade, realista (*rea'listisch*). O objeto, em nossas referências, é normalmente compreendido enquanto *Reell*. No entanto, almejando facilitar a compreensão do leitor no decorrer do artigo, retomamos a distinção entre *Reell* e *Real* assinalando qual das concepções está em uso diante do conceito *real*.

⁷ Parece-nos que existe um certo consenso entre os pesquisadores da área de fenomenologia na utilização do conceito ‘antepredicativo’ ao se referirem a esfera da consciência não-intencional, ou ainda, a esfera da consciência que seria a base de fundamentação dos atos intencionais. Percebemos o uso deste conceito, de uma maneira muito semelhante daquela por nós realizada, nos artigos de Acylene Ferreira, denominado *Existência e Significância* (2015), e, também, em Urbano Ziles, no artigo intitulado *Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl* (2007).

vivências intencionais e seus “conteúdos”. Somente citamos, muito brevemente, a obra *Ideias I* (1913) para reforçar aquilo que já estava expresso nas *Investigações* (1901).

Estruturalmente, nosso trabalho fora elaborado em duas etapas, assim denominados: § 1 Conteúdo enquanto Matéria das Sensações; § 2 Conteúdo enquanto Matéria dos Atos Intencionais. Essa estrutura está fundamentada na distinção realizada por Husserl dos conteúdos de sensação e dos conteúdos vividos na obra *Investigações* (1901), no § 14. Consideramos, assim, ser possível mostrar que a fenomenologia husserliana não abandona os dados sensíveis, mas que lhe reserva um espaço específico na construção do conhecimento, sendo de fundamental importância a compreensão deste espaço quando almejamos entender todo o processo de elaboração do *sentido* do objeto.

Elucidamos, previamente, que o caminho aqui percorrido está permeado por tentativas de clarificações conceituais que nem sempre se findam no recorte temporal, das obras husserlianas, realizado. Os conceitos utilizados nesta ocasião são inúmeras vezes revisitados por Husserl, nas mais diferentes fases de sua carreira filosófica. Não obstante isso, o próprio Husserl não teria ficado satisfeito com a descrição, por ele realizada, dos dados hiléticos⁸. De certa maneira, propomo-nos a investigar um solo bastante denso e arenoso, perpassado por limites husserlianos de clareza conceitual e argumentativa⁹. Tendo ciência disso, não ambicionamos esgotar a abordagem desse tema neste artigo, mas somente nos esforçamos para justificar a tese da relevância da experiência antepredicativa para a constituição do *sentido* do objeto.

§ 1 Conteúdo enquanto Matéria das Sensações

A teoria fenomenológica husserliana ficou conhecida, num certo sentido, em função de sua diferenciação ao pensamento kantiano. Enquanto em Kant temos a preocupação sobre *o que* podemos conhecer, em Husserl somos lançados no *como* podemos conhecer. A distinção clássica entre sujeito e objeto, vigorosa no período moderno, não parece ecoar no território fenomenológico. Esta distinção, sujeito e objeto, esteve basicamente fundada na concepção de que os objetos físicos se dariam de um *modo* distinto dos objetos da consciência, não sendo possível conhecê-los em *si mesmos*. Todavia, a fenomenologia parece conseguir romper com essa visão ao introduzir a ideia de *intencionalidade*. O encontro entre sujeito e objeto na fenomenologia, como sugere Barbaras (2009), não ocorre de maneira contingente, mas se revela como acontecimento essencial e universal para o *aparecer* de algo.

⁸ Conforme Moran & Cohen, 2012, p. 151

⁹ Este diagnóstico de limitação de clareza conceitual e argumentativa fora dado por muitos filósofos da tradição fenomenológica. Recordamos, de maneira especial, a crítica sartriana, na obra *O ser e o nada* (1997), ao desconfiar da capacidade de transcendência da consciência rumo à objetividade, pois na base da consciência existiriam os conteúdos hiléticos. Para Sartre, Husserl somente teria se complicado ao colocar à *hylé* como caracteres da coisa e da consciência, criando uma consciência que se “distanciaria” do mundo.

O conceito de *intencionalidade* que Husserl faz uso é uma retomada crítica¹⁰ da abordagem realizada pelo seu professor, Franz Brentano¹¹. Podemos ler essa abordagem crítica de Husserl nos parágrafos iniciais da Vª *Investigação Lógica* (1901). Destacamos o § 10 em função de encontramos um diálogo promissor entre Husserl e Brentano sobre o tema da ‘in-existência’ intencional de um objeto. Esta concepção de ‘in-existência’ intencional revela-se como uma mola propulsora de toda análise fenomenológica posterior, por isso, devemos atentar à definição por eles apresentada. A ‘in-existência’ não surge, como muitos poderiam pensar, como sendo compreendida no sentido da ‘não existência’ de algo, mas sim, enquanto ‘existir em’ relação a algo.

‘Existir em’ relação a algo é aquilo que define o próprio caráter da *intencionalidade*, de ser um ato de transcendência na imanência, ou seja, um ato de ‘doação de sentido’, de *apresentação* de algo que transcende o próprio ato de doação. Essa característica do ato intencional, de estar sempre em direção à alguma coisa, não o define como um ato relacional, de uma consciência com um objeto¹². Sublinhemos aqui que a *intencionalidade* não nos apresenta duas coisas distintas, tais como: um sujeito que conhece e o objeto conhecido, ou ainda, um ato intencional e o objeto da intenção. O que temos na *intencionalidade* é uma experiência de ser consciente de alguma coisa dada a partir do ato. A intencionalidade *vivifica* a simples vivência (*Erlebniss*), torna algo que integra o fluxo de consciência dos vividos, parte dos seus momentos reais (*Reellen*).

No entanto, como já deixamos assinalado acima, existem vivências que não necessitam, para existirem enquanto tais, serem *vivificadas* pelo ato intencional, pois são simples vivências. Essas simples vivências nos remetem ao campo dos dados hiléticos, dos dados não-intencionais. Diferentemente do posicionamento teórico de seu mestre Brentano, Husserl não compreendia todas as vivências como sendo intencionais. Husserl assim escreve:

[...] no interior desta esfera mais vasta do que é vivenciável, cremos poder encontrar a distinção evidente entre as vivências intencionais, nas quais se constituem intenções objetivas [...], e aquelas outras em que não é este o caso, por conseguinte, aqueles conteúdos que servem, seguramente, como pedras de construção dos atos, mas que *não são eles próprios atos*. (1901, p. 329, *grifos do autor*).

Algumas vivências não apresentam o caráter de fazerem referência a algo, mas são simplesmente dadas, fazendo parte constituinte real (*Reell*) do fluxo de consciência. A vivência, de forma geral, pode ser definida como sendo constituída, por um lado, de uma camada intencional (*morphé*) que ‘anima’ o vivido, que doa significação e, do outro, de uma camada *material* (*hylé*) composta pelos conteúdos sensuais, isto é, as determinações sensíveis de um objeto real (*Real*).

¹⁰ Sobre uma introdução da retomada crítica de Husserl da abordagem da intencionalidade de Brentano indicamos a leitura do livro *Introduction to Phenomenology*, de Moran (2000).

¹¹ É importante destacar que a ideia de intencionalidade antecede as investigações de Brentano sobre a psicologia. Este conceito surge nos escolásticos, em Tomás de Aquino, e, muito antes, em Aristóteles (Cf. MOHANTY, 2012, p. 75).

¹² Husserl faz uma crítica à Brentano quando este propõe algo como uma relação ou encaixe entre o ato e o objeto intencional (Ver HUSSERL, 1901, p. 318-323).

Husserl parece demarcar o campo da camada intencional e da camada *material* ao apresentar no § 11 da Vª Investigação, os seguintes exemplos: “Não vejo sensação de cor, mas, sim, coisas coloridas; não ouço sensações de som, mas antes a canção da cantora etc.” (HUSSERL, 1901, p. 321). De um lado teríamos a sensação (*Empfindungsdaten*), que não se refere diretamente ao objeto intencional e, do outro lado, a camada propriamente intencional, que apresenta algo, isto é, a cor e a canção cantada. Desta maneira as vivências de sensações ou conteúdos sensuais seriam consideradas como atos não-intencionais, como atos que pertencem à esfera da *hylé*, dos conteúdos simplesmente dados, das sensações que pertencem a tessitura real (*Reell*) da consciência.

Os dados sensuais são conteúdos que possuem a propriedade de serem momentos reais (*Reell*), de fazerem parte do fluxo de vividos enquanto conteúdos dados diretamente, no entanto, nada designam objetivamente, pois se encontram destituídos da propriedade intencional. Esta marca distintiva, da não-intencionalidade dos dados sensuais, revela a ligação que estes dados possuem com a vida concreta, visto que o modo de sua doação não se dá a partir da objetividade. São dados impossibilitados de síntese objetiva realizada na vivência intencional, mas que fazem parte integrante da experiência intencional.

Para Husserl estes conteúdos sensíveis¹³ são os “*conteúdos verdadeiramente imanentes*, que pertencem à consistência real (*Reell*) das vivências intencionais” (HUSSERL, 1901, p. 321, *grifos do autor*). Conteúdos que não são intencionais, mas que *edificam* os atos, que *possibilitam* a intenção, enquanto pontos de *referência* necessários para o ato de significação. Os dados de sensações não nos apresentam o objeto, não objetivam o mundo, mas são vividos enquanto sensações, oferecendo a *matéria* do ato intencional.

Parece-nos que fica mais acessível à compreensão dos dados não-intencionais quando pensamos numa percepção simples de algo. Utilizemos aqui o exemplo de uma ‘*mesa de tampo de vidro com estrutura metálica branca*’. Esse objeto sensível apresenta inúmeras possibilidades de sensações, das quais elencamos: I. A sensação de transparência do tampo de vidro; II. A sensação de cor branca da estrutura metálica; III. A sensação de lisura do vidro. Essas diferentes sensações são simplesmente vividas, originadas dos dados sensuais, da presença de uma coisa empírica que oportuniza a vivência de diferentes conteúdos de sensações. No entanto, as sensações, não representam o objeto, mas são consideradas, fenomenologicamente, como componentes reais (*Reell*) da vivência intencional, enquanto conteúdos de sensações *exibidoras* da ‘*mesa de tampo de vidro com estrutura metálica branca*’, conteúdos que são capazes de fornecer a *localização* espacial de uma determinada coisa da percepção simples.

Torna-se importante notar que o objeto *aparecente* ‘*mesa de tampo de vidro com estrutura metálica branca*’ não é considerado a soma das diferentes sensações.

¹³ Conforme Drummond (2007) os dados hiléticos podem ser compreendidos, num primeiro momento, enquanto conteúdos sensíveis; num segundo, enquanto sentimentos como os de prazer e os de dor e, por fim, como “impulsos”, ou seja, tendências instintivas que envolvem sentimentos corporais. Husserl aborda os dados hiléticos dessas três maneiras, sendo que nenhuma delas fazem oposição a outra, somente complementa ou amplia a concepção do conceito. Na análise da *hylé* que aqui realizamos damos maior atenção ao primeiro momento.

Aquilo que *aparece* como objeto, na percepção complexa, é constituído por vivências não perceptivas, vivências chamadas de obscuras, como também, pelo ato de consciência de unidade, quer dizer, ato que possui a presunção de captar a identidade do objeto diante da diversidade dos dados apresentados na experiência sensível¹⁴. Retornando ao exemplo acima, a mesa que toco, que vejo, que sinto é a mesa de vidro que se dá para mim a partir da constituição do ato intencional da percepção complexa. O que *vivencio* enquanto o objeto da percepção é aquilo que o ato me *apresenta* enquanto objeto. O conteúdo que *sustenta* o ato de doação perceptivo, ou seja, suas simples vivências não-intencionadas, – o perfil (*Abschattungen*) da coisa percebida e suas diferentes sensações – estão prefiguradas no ato de doação¹⁵. A mesa de vidro *aparecente* surge com base num núcleo de doação constituído a partir das vivências não-intencionais, que formam o horizonte de significação do objeto.

O significado da ‘mesa de vidro’ não está dado a partir da união de seus diferentes dados sensíveis, mas está para além disso, o seu significado está atrelado a forma (*morphé*) como esse objeto é visado e seus diferentes horizontes intencionais. Parece-nos, até este momento, que os dados hiléticos seriam impossibilitados de determinar o sentido de *como* algo é visado. Ficaria a cargo do ato intencional indicar o *modo como* algo *aparece*. As sensações somente serviriam como *plano de fundo* dos vividos intencionais, como a *base fundante*, o *suporte* dos atos intencionais, o ponto de *referência* da intenção de significação¹⁶.

À vista disso, o objeto de uma vivência intencional se torna possível a partir da intersecção de dois momentos distintos (*Reell*) da vivência. Toda *vivência de algo* possui momentos sensíveis e uma camada intencional que os significa. O *substrato* dos atos intencionais seriam os dados sensíveis não-intencionais. Quando a hylé sensual se torna parte de um *modo de aparição* é que ocorreria a constituição do ato de significação. Neste contexto a *matéria* acaba por indicar a referência objetiva a qual se vincula a intencionalidade de um ato. Não obstante isso, Husserl destaca, no § 14 da Vª Investigação, que as sensações garantem a *experiência de algo* enquanto os atos intencionais *apresentam algo*.

O conteúdo¹⁷ ou a *matéria* de um ato podem ser compreendidos enquanto *hylé*, que *presentifica* o objeto e, também, enquanto conteúdos do objeto do ato perceptivo. Nesta outra abordagem dos dados sensuais, Husserl volta sua atenção para o papel destes dados na constituição do *sentido* do ato intencional. Existe aqui uma tentativa, por parte de Husserl, de pensar os dados sensuais não somente a partir da esfera passiva da consciência, mas na sua relação com a esfera objetiva, enquanto conteúdos *apreendidos* que não se deixam reduzir a um afluxo de novas sensações. Estes conteúdos *apreendidos* se tornariam o *caráter* do ato, confeririam a *direção* para um determinado objeto e não outro.

¹⁴ Husserl (1901, p. 328) faz uso do exemplo de uma ‘caixa’ demonstrando o raciocínio aqui empregado.

¹⁵ Realizamos uma análise mais detalhada das vivências obscuras, do ato de consciência de unidade e das prefigurações no § 2, quando abordarmos a *apercepção*.

¹⁶ Não somente as sensações carregam a marca de dados hiléticos, os chamados ‘sentimentos sensíveis’ (*sinnlichen Gefühlen*) também fazem parte desse grupo de vividos.

¹⁷ Esse conceito, a partir da virada ideativa de Husserl, sofrerá com algumas mudanças de compreensão que abordamos no § 2.

O conteúdo *apreendido*, que chamamos agora de *caráter* de ato ou *intenção* do ato, almeja justificar o porquê que diante dos mais diferentes conteúdos sensuais, o objeto pretendido pelo ato permanece o mesmo¹⁸. O ato da consciência busca sempre *apreender* uma identidade diante do fluxo das vivências não-intencionais. Notemos que a identidade do ato não é a soma das diferentes vivências ocorridas na sensação, mas um núcleo (*Kern*) de *sentido*. Na leitura de Levinas este núcleo de sentido caracterizaria o *aparecer* do objeto. “Eles formam o *quid* do objeto. Ditos predicados se relacionam com uma sorte de suporte, um *X* do qual são predicados, um ‘objeto-polo’” (LEVINAS, 2004, p. 83, *grifos do autor*). Apoiados na interpretação levinasiana podemos dizer que a existência de novas sensações se encadearão e convergirão em direção a um núcleo¹⁹ que sustenta o *aparecer* intencional do objeto. Isto se dá em função do *substrato* sensual ser moldado por um ato de interpretação (*Auffassung*) que produz um *sentido* interpretativo. Para Moran (2000, p. 118-119) este *sentido* “[...] é reconhecido, de uma forma ou de outra, pela qualidade do ato, seja um julgamento, um desejo, e assim por diante”. Os conteúdos das sensações não são considerados por Husserl enquanto sensações brutas, mesmo na esfera passiva da consciência. Tais sensações, que são vivências não-intencionais, realizam suas sínteses de *sentido*, como um ato não conceitual²⁰, sendo essas sínteses reconhecidas pelos atos intencionais.

No entanto, perguntamo-nos: se os dados hiléticos somente surgem como pontos de *referência*, de *suporte*, de *base* aos atos intencionais, não significando nada por si mesmos, como surge o *sentido* de um determinado objeto? Seria o *modo como* algo é intencionado que determinaria o *sentido* de algo? O *sentido* surgiria a partir das *intenções* do ato, a partir da forma como o ato *apreende* os conteúdos. Esta *apreensão* poderia se dar através de diferentes atos, dentre os quais citamos: a percepção, a recordação, a imaginação, a memória. Cada um desses diferentes atos *apreenderia* o conteúdo de uma determinada forma. A forma como os diferentes atos intencionais *apreenderiam* esses conteúdos é o que determinaria o *modo como* esses dados são compreendidos ou dados nas vivências intencionais. Posto isto, os dados hiléticos poderiam ser compreendidos enquanto conteúdos de sensações apresentadoras e, o ato intencional, enquanto intenção apreensora desses conteúdos. No entanto, essa compreensão não parece ser tão evidente assim no desenvolver da Vª Investigação. A *matéria* não parece surgir somente como *referência* do ato intencional, mas sim, como determinando o *aparecer* do objeto, o *modo como* o ato visa algo. Almejando aclarar essa concepção precisamos adentrar na análise proposta pela atitude científica fenomenológica-ideal.

¹⁸ No § 2 abordamos, com maiores detalhes, a compreensão equivocada, segundo Husserl, de que o ato intencional seria univocamente determinado por meio do seu caráter *qualitativo* e a sua pretensão de doar algo específico.

¹⁹ A concepção de *noema* utilizado por Husserl, na obra *Ideias I* (1913), retoma, em partes, essa ideia de núcleo intencional.

²⁰ Husserl explicará este processo de síntese que ocorre nas vivências não-intencionais, em seus estudos posteriores as *Investigações Lógicas*, através do conceito de síntese passiva (Ver MORAN, 2000, p 117).

§ 2 Conteúdo enquanto Matéria dos Atos Intencionais

Ao lermos a V^o Investigação Lógica é possível constatar momentos onde Husserl busca se afastar de uma análise considerada psicológica-empírica para adentrar na esfera do internamente experienciado, ou ainda, do internamente intuído, segundo a sua pura consistência ideativa. A partir desde momento a análise fenomenológica se dirige para as essências gerais, para as conexões de essência que possuem sua validade dada *a priori*, enquanto constituintes do ato intencional. Esta mudança de perspectiva nos introduz nas “visões intelectivas da Fenomenologia pura [...], cuja descrição é, portanto, uma ciência totalmente ideal, purificada de toda e qualquer ‘experiência’, isto é, de toda e qualquer posição conjunta de uma *existência real (Real)*” (HUSSERL, 1901, p. 342, *grifos do autor*).

O primeiro afastamento, por nós constatado, da análise psicológica-empírica é indicado no § 14, da V^a Investigação, quando Husserl detalha a compreensão de que toda percepção é acompanhada por uma *apercepção*²¹ (*Apperzeption*), isto é, que o ver algo como sendo algo, como tendo algum *sentido*, pressupõe um ato objetivante²² da consciência que *apresente* este algo considerando suas diferentes *vivências*. Enquanto na percepção simples temos uma experiência direta do objeto, de autogênese, na *apercepção* seríamos lançados para aquilo que não está dado de forma direta. Utilizemos, novamente, o exemplo da ‘mesa de tampo de vidro com estrutura metálica branca’: no momento da percepção simples, o que temos diante de nós é o objeto dado de um ponto de vista, de um ângulo, de forma espacial, não podendo ser percebido de modo inteiramente adequado. Este ponto de vista nos oportuniza uma experiência específica do objeto, hipoteticamente, sua parte frontal, entretanto, o objeto *vivenciado*, não se resume a sua percepção frontal. Os demais lados do objeto, por mais que não estejam sendo vistos no momento atual, fazem parte da constituição do objeto *vivido*. Nesse aspecto, o que *vivenciamos* objetivamente da ‘mesa de tampo de vidro com estrutura metálica branca’ não é o seu lado atualmente visto. O lado atual se *apresenta* enquanto parte de uma síntese intencional realizada diante da complexão de dados que compõe o objeto *vivido*, em outras palavras, se cada *apreensão* parcial capta algo do objeto, de um ponto de vista particular, o que é *percebido* é parte de um *mesmo* objeto, dado a cada etapa objetivamente pela consciência. Logo, toda percepção, enquanto ato de uma *vivência* complexa, pressupõe além daquilo que está sendo visto, os seus lados ocultos²³. Aquilo que se

²¹ Moran & Cohen (2012) recordam que já em Brentano todo objeto da percepção estaria fundado em *apercepções*.

²² Compreende-se por ‘atos objetivadores’ ou ‘atos objetivantes’ aqueles que apresentam um objeto com base numa estrutura intencional.

²³ A análise da *apercepção* proporciona o estudo fenomenológico da prefiguração. Ato esse responsável por fazer “aparecer” os aspectos ocultos do objeto intencional. Sem a relação entre a experiência e aquilo que é prefigurado, a experiência sensorial seria inteiramente desprovida de direcionamento a um objeto, de uma intencionalidade (Cf. SIWERT, 2012). A prefiguração busca abarcar todas as possibilidades do *aparecer* do, no entanto, o objeto possui aspectos que vão muito além do que é prefigurado. O objeto não se esgota nas prefigurações, nem jamais será. “As prefigurações sempre vão além daquilo que nos ‘chega aos olhos’ ou aos nossos demais sentidos. O objeto, por sua vez, vai além de qualquer coisa que tenhamos prefigurado” (FØLLESDAL, 2012, p. 109).

apresenta como *percebido* é o objeto dado pelo ato intencional, isto é, o transcendente, aquilo que *aparece*.

O objeto vivenciado objetivamente surge como algo mediado por um ato da consciência. Em toda percepção de uma coisa temos a *apreensão* de um de seus lados, de um perfil que nos é dado pelo conteúdo das sensações, no entanto, os lados ocultos, ou ainda, os lados que não se fazem presentes na visada atual estão presentes, nesta mesma visada, enquanto lados ocultos do objeto que são percebidos de forma vazia, sem um correlato objetivo. A *apercepção* envolve uma certa consciência de propriedades, perfis, horizontes que não são dados de forma sensual na percepção direta. Como o próprio Husserl (1901, p. 330, *grifo do autor*) escreve, “[...] a apercepção é o excedente, que reside na própria vivência [...]; ela é o caráter do ato que, por assim dizer, anima a sensação e, segundo sua essência, faz com que percebamos este ou aquele *objeto*”. Essa conexão entre presença e ausência²⁴ é crucial para o *aparecer* de algo. A intencionalidade entra em cena para dar conta do reenvio do lado do objeto percebido momentaneamente, aos lados não dados, constituindo o objeto *percebido*, dado numa percepção contínua, integral do objeto.

A percepção nunca é exclusivamente uma simples percepção, mas está sempre acompanhada de *apercepções*, do horizonte que excede o momento presente da visada e que constitui, propriamente, o *sentido* daquilo que *aparece*. Para cada tipo de conteúdo *apreendido*, a partir da *apercepção*, nos será dado um *modo* de referência intencional ao elemento objetivo da consciência. Conforme Husserl:

Comprendemos, ao mesmo tempo, que o mesmo que se chama, a respeito do objeto intencional, *representação* (ou *intenção* perceptiva, recordativa, imaginativa, figurativa, designativa, dirigida ao objeto), chamar-se-á *apreensão*, *interpretação*, *apercepção*, a respeito das sensações realmente (*Reell*) pertencentes ao ato. (1901, p. 331, *grifos do autor*).

O *caráter da intenção* corresponde aos diferentes *modos* objetivos de visar algo. O modo como a percepção, a fantasia, a imaginação, a recordação, dentre outros atos *apreendem* seus conteúdos, diferenciam entre si, em função do processo de singularização e de conexões essenciais específicos de cada *modo*. Toda a diversidade da consciência, de seus *modos de apreensão*, reside nos conteúdos que são vivências constitutivas da consciência, isto é, a própria consciência é constituída pela complexão das vivências dos conteúdos não-intencionais. Estes conteúdos que compõe a complexão das vivências são *apreendidos* ou *apercebidos* de maneira não objetivamente, “eles *não* são vistos, ouvidos ou ‘percebidos’ com um ‘sentido’ qualquer” (HUSSERL, 1901, p. 331, *grifo do autor*). São conteúdos *apreendidos* a partir de atos não-intencionais que atuam na esfera passiva da consciência. Tais conteúdos já possuem um *sentido interpretativo* (*Auffassungssinn*), que é então manipulado pelo ato-qualidade (seja num julgamento, num desejo ou em qualquer outro ato).

²⁴ Conceitos como o de ‘retenção’ e o de ‘protenção’, desenvolvidos na análise de Husserl da síntese passiva, são essenciais para a compreensão do *aparecer* deste ou aquele objeto e não de outro (Ver DRUMMOND, 2007, p. 39).

Os *modos* intencionais são distinções de formas (*morphé*) como o objeto pode ser apresentado ou dado²⁵. No ato perceptivo temos o objeto *presente*, em ‘carne e osso’ (*leibhaftig*), no momento que *apreende* os conteúdos que constituem a sua síntese; já em outros *modos* de doação, tais como a lembrança e a fantasia, o objeto é *presentificado*, ou seja, é tornado presente pelo ato. O conteúdo antes vivenciado no ato da percepção poderá ser novamente vivenciado em um outro ato, como o da memória ou da recordação, no entanto, o conteúdo não encontrará o seu correlato corpóreo, em *persona*. Faz parte do *modo* de doação da percepção, ter como correspondente ao seu ato aquilo que é dado de maneira real (*Real*) pelos conteúdos dos sentidos. Logo, cada *modo* de doação possui uma estrutura e uma intensidade de vivência específica.

Os atos intencionais teriam a sua intensidade medida conforme a proximidade que possuem com os atos fundantes, isto é, com os atos não-intencionais, tendo em vista que a diferença de intensidade presente em cada ato, primária e propriamente, é dada pelas sensações, e só, num sentido secundário, nos atos. Como o próprio Husserl escreve,

As intenções de ato, estes momentos dependentes que, pela primeira vez, conferem aos atos a sua peculiaridade essencial enquanto atos, que os caracterizam especialmente como juízos, sentimentos etc. *seriam em si mesmas privadas de intencionalidade*. (1901, p. 340, *grifos do autor*).

O segundo afastamento da análise psicológica-empírica que aqui evidenciamos, ocorre na distinção realizada por Husserl entre conteúdo real (*Reell*) de um ato e o seu conteúdo intencional. Essa mudança de perspectiva pode ser considerada a passagem do ponto de partida natural, de uma atitude científica psicológico-empírica, para a atitude científica fenomenológica-ideal, isto é, para as descrições a serem efetuadas de um modo puramente intuitivo²⁶. A primeira concepção de conteúdo, enquanto algo real (*Reell*), foi continuamente abordada em nossas análises dos dados hiléticos, mas, resumidamente, significa dizer que é a totalidade conjunta das vivências não-intencionais que constituem a *base*, o *fundamento*, a *intenção* do ato intencional, entretanto, essas não significariam e nem forneceriam sentido ideal ao ato.

O conteúdo enquanto puramente fenomenológico real (*Reell*) ou conteúdo intencional leva em consideração a peculiaridade das vivências intencionais enquanto tais. Cada ato intencional possui um conteúdo representado, ou seja, o ato intencional judicativo possui uma *matéria* judicativa, isso ocorre com todos os atos intencionais²⁷. De um lado temos a *qualidade* do ato e, do outro, a base fundante, a *matéria*. No entanto, o conteúdo de um ato, no sentido de *matéria*, pode servir de base para diferentes atos. Dizemos que é o mesmo conteúdo quando a objetividade

²⁵ Conforme Capalbo (2007) a gênese passiva é a esfera da consciência permeada pela ausência da predicação. Ela é pura sensação disto que está imediatamente dado, sendo o *material* necessário para a constituição dos atos da consciência.

²⁶ Para maiores detalhes sobre essa mudança de perspectiva adotada por Husserl, ver a nota de rodapé nº 140, do § 16 da Vª Investigação Lógica (1901).

²⁷ Segundo Moran (2000) é neste contexto da gênese da intenção que Husserl busca refinar o dogma de Brentano de que todo ato psíquico é uma representação ou possui uma representação de base.

intencional é a mesma, isto é, por mais que se variem os atos, o estado-de-coisa (*Sachverhalt*) representado é o mesmo. Husserl exemplifica esta questão da seguinte maneira:

Quem representa para si que *haja seres inteligentes em Marte* representa o mesmo que um outro que asseire que *há seres inteligentes em Marte* e, de novo, que um outro que pergunta *será que em Marte há seres inteligentes?* ou que um outro que deseja *que em Marte possa haver seres inteligentes!*" (1901, p. 353, *grifos do autor*).

Nesses diferentes atos a objetividade intencional é a mesma, isto é, *seres inteligentes em Marte*. No entanto Husserl busca mostrar que a objetividade intencional, em si, não é nada, ou seja, ela é transcendente ao ato. O que faz do objeto algo intencional é a forma (*morphé*) como o conteúdo é dado, a partir de uma intenção específica, que determina o *modo* de algo se dar. O objeto só *aparece* enquanto pertencente a uma composição de essência de ato. "*Todas as diferenças no modo da relação objetiva são diferenças descritivas das vivências intencionais respectivas*" (HUSSERL, 1901, p. 354, *grifos do autor*).

A essência fenomenológica inteira do ato, no entanto, não se esgota num modo específico de doação de algo. A essência do ato sempre ultrapassa aquele *modo* de visada específico da objetividade. Além da vivência intencional ser composta por uma *qualidade* específica, a mesma não se restringe a um único ato, ou seja, numa mesma vivência intencional podemos ter uma variação de relações objetivas atuando, um ato se referindo ao conteúdo de uma maneira e outros atos de outras maneiras, sendo "*cada qualidade combinável com cada relação objetiva*" (Idem).

Da maneira que conduzimos nossa abordagem sobre a constituição do sentido a partir dos atos intencionais, não estaria de toda equivocada a interpretação de que a *qualidade* do ato seria a responsável por caracterizar o ato como representação, juízo, fantasia; e, a *matéria* do ato, como sendo a responsável por conferir a direção determinada para algo objetivo, por exemplo, com que o ato de representação represente *isto* e não outra coisa diferente disto. Todavia, Husserl contesta essa interpretação em função de possibilitar a compreensão do ato intencional como univocamente *determinado* por meio do seu caráter *qualitativo* e do objeto que deve *apresentar*. Husserl sustenta que essa compreensão incide em erro, pois dois atos idênticos, de mesma *qualidade*, com *conteúdos* distintos, podem estar dirigidos para o mesmo objeto só que de *modos diferentes*. Almejando exemplificar esta situação ele utiliza as seguintes asserções: 1^a. "Triângulo equilátero"; 2^a. "Triângulo equiângulo". Temos nesses exemplos uma mesma *qualidade* de ato, o *judicativo*; *conteúdos* distintos: triângulo equilátero e triângulo equiângulo; mas ambas estão dirigidas para o mesmo objeto, só que com *modos distintos* de apresentação. Para Husserl isso somente é possível em função da determinação do *sentido* de algo não estar prescrito na *qualidade* do ato, em sua *forma*.

A *qualidade* do ato somente pode ser pensada enquanto um momento abstrato do ato, sendo impensável separada de toda e qualquer *matéria*. Na *qualidade* está intencionalmente presente algo enquanto desejado, questionado, judicativamente posto, mas, no entanto, a *matéria* não se reduz a expectativa do ato. A *matéria*, para Husserl, surge como aquilo que, no ato, lhe confere pela primeira vez a sua relação

com um objeto. Relação esta que confere, num primeiro momento, o objeto intencional. Sendo assim, a *matéria* determina não apenas o objeto que *aparece*, a que o ato visa, mas também o *modo como* ele é visado²⁸. O objeto *aparece* de tal modo e de tal maneira conforme a *matéria* o determina.

É da matéria que depende o fato de que o objeto do ato valha como este e não outro qualquer, ela é, de certo modo, o *sentido da apreensão objetual* (ou, mais brevemente, o *sentido da apreensão*) que funda a qualidade (sendo indiferente às suas variações). (HUSSERL, 1901, p. 356, *grifos do autor*).

Existe assim uma relação de co-pertencimento entre a *matéria* e a *qualidade*. Por mais que a *matéria* determine objeto que *aparece*, o seu *sentido* e o *modo como* ele é visado, a *matéria* somente pode ser pensada enquanto *matéria* de um ato de representar, de um ato de julgar, de um ato de desejar, e de outras *qualidades* semelhantes.

Considerações finais

No desenvolver de nossa pesquisa foi possível constatar que nem todas as vivências da consciência são intencionais. No interior da esfera mais vasta do que é *vivenciável* temos presente vivências que possuem conteúdos não-intencionais, conteúdos esses que servem como pedras de construção dos atos intencionais. A partir desta constatação fomos lançados no campo dos dados hiléticos ou dos dados não-intencionais, que se apresentam como tendo um modo de existir próprio, distinto dos dados intencionais.

As vivências não-intencionais possuem o caráter de não fazerem referência a algo, de serem simplesmente dadas, sendo parte real (*Reell*) constituinte do fluxo de consciência. Tais vivências são consideradas a *matéria* (*hylé*) composta pelos conteúdos de sensação, que *edificam* os atos intencionais, que *possibilitam* a intenção de significação enquanto pontos de *referência* necessários para o ato intencional. Neste contexto, surgiu uma primeira definição da *hylé* enquanto *matéria* que possibilita a *intenção* de significação. Constatamos, a partir desta análise, o quanto os dados que surgem da esfera não-intencional da consciência influenciam na estrutura dos atos intencionais. A *matéria* se apresenta como a referência objetiva do ato intencional, constituindo a *intenção* de significação do ato e *presentificando* o objeto visado.

Num segundo momento, quando Husserl sugere a passagem da atitude científica psicológico-empírica à atitude científica fenomenológica-ideal, estudo por nós realizada no § 2, a *matéria* ou conteúdo do ato fora compreendida enquanto *significado* de um conteúdo representado na base dos atos intencionais. Foi possível constatar que, como anteriormente já afirmado por Moran (2000), neste momento da reflexão husserliana, tínhamos uma tentativa de refinamento do dogma brentiano de que todo ato psíquico seria uma representação ou possuiria uma em sua base.

²⁸ Moura (2011) acrescenta que a *matéria* não somente determina o *modo como* algo é visado, mas o sentido que o ato apreende o objeto, com quais marcas distintivas, relações e formas categoriais.

Ainda neste segundo momento do nosso artigo, pudemos observar um aprofundamento da concepção da *matéria*, quando Husserl contesta a interpretação do ato intencional como univocamente *determinado* por meio do seu caráter *qualitativo* e do objeto que deveria *apresentar*. Ao analisar aquilo que faz do objeto *aparente* ser como é, Husserl conclui que seria a *matéria* a responsável por determinar o *sentido* de algo. Destaca-se essa concepção quando este filósofo fornece o exemplo do “Triângulo equilátero” e do “Triângulo equiângulo”. Nesta situação teríamos dois atos idênticos de significação, que visariam um mesmo objeto, só que não coincidiriam em sua essência intencional. Isto somente se tornaria possível, a não coincidência da essência intencional, em função da determinação do *sentido* de algo não estar prescrito na *qualidade* do ato.

Em vista disso, acreditamos ter conseguido justificar a nossa hipótese inicial: de que todo o conhecimento de algo *começaria* na experiência e, não só isso, mas que os conteúdos originados da síntese passiva constituiriam a *intenção* de significação do ato, como também, determinariam o *modo* como o objeto é visado. Logo, o *sentido* do objeto seria constituído a partir dos dados hiléticos. Entretanto, finalizamos esta análise ponderando uma questão central da fenomenologia husserliana, isto é: por mais que a *matéria* determine objeto que *aparece* e o *modo como* ele é visado, a *matéria* somente pode ser pensada enquanto *matéria* de um ato intencional.

Referencias bibliográficas

- BARBARAS, R. *La perception: essai sur le sensible*. 2ª ed., Paris, France: Vrin, 2009.
- CAPALBO, C. Subjetividade e experiência do outro: Maurice Merleau-Pont e Edmund Husserl. *Revista da Abordagem Gestáltica*. Vol. XIII(1), p. 25-50, jan./jun., 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100003. Acesso em: 5 set. 2017.
- DRUMMOND, J. J. *Historical Dictionary of Husserl's Philosophy*. USA, Ed. Scarecrow Press, 2007.
- FERREIRA, A. M. C. Existência e Significância. In: PINTO, D. C. M.; MOUTINHO, L. D. S.; SACRINI, M., [et al.] (Orgs.); *Ensaio de filosofia em homenagem a Carlos Alberto R. de Moura*. Curitiba: Editora UFRP, 2015, p. 115-141.
- FØLLESDAL, D. As reduções de Husserl e o papel que desempenham em sua fenomenologia. In: DREYFUS, H. L.; WRATHALL M. A, [orgs.] ; tradução Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. *Fenomenologia e Existencialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- HUSSERL, E. (1913). *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia*. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- _____. (1900). *Investigações Lógicas: prolegômenos à lógica pura: volume 1*. Tradução de Diogo Ferrer. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- _____. (1901). *Investigações Lógicas: investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento: volume 2, parte I*. Tradução de Pedro M. S. Alves, Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- LEVINAS, E. (1930). *La teoría fenomenológica de la intuición*. Tradução de Tania Checchi. México, DF: Epidermes, 2004; Salamanca, Espanha: Sígueme, 2004.
- MOHANTY, J. N. Intencionalidade. In: DREYFUS, H. L.; WRATHALL M. A, [orgs.] ; tradução Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. *Fenomenologia e Existencialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- MORAN, D.; COHEN, J. *The Husserl Dictionary*. USA, New York, Ed. Continuum Philosophy Dictionaries, 2012.
- MORAN, D. *Introduction to phenomenology*. USA, New York, Ed. Routledge, 2000.
- MOURA, C. A. R. de. O nascimento do conceito husserliano de fenômeno. *Revista Phainomenon*, Lisboa, 2011, n. 18-19, p. 41-52.
- SANTOS, L. C. *O sujeito encarnado: a sensibilidade como paradigma ético em Emmanuel Levinas*. Ijuí: Unijuí, 2009.
- SARTRE, J-P. *O ser e o nada – Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SIEWERT, C. Consciência. In: DREYFUS, H. L.; WRATHALL M. A, [orgs.] ; tradução Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. *Fenomenologia e Existencialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- TOURINHO, C. D. C. O lugar da experiência na fenomenologia de E. Husserl: de Prolegômenos a Ideias I. *Revista Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 3, p. 35-52, set./dez., 2013. Disponível em

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/3374>.

Acessado em: 5 set. 2017.

ZILES, U. Fenomenologia e Teoria do Conhecimento. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, XIII(2), p. 216-221, jul./dez., 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v13n2/v13n2a05.pdf>. Acessado em: 5 set. 2017.

Autor(a) para correspondência: Felipe Bragagnolo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, R. Prof. Aristides Novis, 197, Federação, CEP 40210-909, Salvador - BA, Brasil. felipe@catolicafm.com.br